



**ORDEM DO DIA  
PARA A 64ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 03 DE DEZEMBRO DE 2014**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 334, de 2004, (Autógrafo nº 27602), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Institui o "Programa Permanente do Transplante de Medula Óssea - PROMEDULA". Parecer nº 2209, de 2008, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 722, de 2010, (Autógrafo nº 30011), vetado totalmente, de autoria do deputado Roque Barbieri. Acrescenta parágrafo único ao artigo 19 da Lei nº 11.331, de 2002, que dispõe sobre os emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro. Pareceres nºs 185 e 186, de 2013, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1055, de 2011, (Autógrafo nº 29713), vetado totalmente, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dá nova redação ao §1º do artigo 47 da Lei 12.233, de 2006, que define a área de proteção e recuperação dos mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Parecer nº 566, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 608, de 2013, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Proíbe o uso de munição de elastômero (bala de borracha) no Estado. Parecer nº 1522, de 2014, do Congresso das Comissões de Justiça e Redação e de Segurança Pública, favorável. (Em anexo o Projeto de lei nº 647, de 2013).

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 638, de 2014, de autoria dos deputados Fernando Capez e Bruno Covas. Dispõe sobre a regulamentação das

atividades das farmácias no Estado. Pareceres n°s 1057 e 1058, de 2014, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Atividades Econômicas, favoráveis.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei n° 1073, de 2014, de autoria do deputado João Paulo Rillo e outros. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Participação Social - PEPS e o Sistema Estadual de Participação Social - SEPS. Pareceres n°s 1523 e 1524, de 2014, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e do Congresso das Comissões de Administração Pública e de Finanças, favoráveis.